

Apresentação do GT Democracia Universitária da Reforma e do Estatuto

Na conjuntura da Reforma, originada por ações da Reitoria, em junho-julho de 2009, fiz um manifesto de criação de um GT Docente , no qual propunha que:

este GT Docente vise gerar uma proposta de Estatuto que garanta e viabilize práticas da pesquisa científica, do ensino e da extensão, bem como, institua processos sociais universitários que possam ser exercidos com liberdade de pensamento, criatividade e flexibilidade crítica, ampliando, nesses processos, a própria democracia universitária.¹

Desta proposição originou-se o GT Democracia Universitária da Reforma, assim renominado já em sua 1ª reunião presencial, visando ampliar a abertura do GT à participação de servidores técnico-administrativos e do corpo docente. De um grupo inicial de 30 docentes, hoje contamos com 92 participantes.

Os 12 meses de trabalhos do GT foram organizados por uma metodologia participativa aberta de discussões virtuais e reuniões presenciais. Realizamos 8 reuniões presenciais e tivemos, até o momento, 425 mensagens de participantes nas discussões virtuais. O núcleo dessas ações esteve orientado no sentido da democratização da estrutura representativa dos Conselhos, a união das decisões acadêmicas com decisões administrativas de orçamentos e de gestão, o fortalecimento e maior autonomia das Unidades Acadêmicas e a constituição de um campo dinâmico dos debates universitários via composição dos Conselhos por processos eleitorais.

No final de maio de 2010 iniciamos uma Mobilização Junina, em uma espécie de mutirão do GT, que objetivava:

- a) finalizar a proposta final de Estatuto, a partir de duas propostas apresentadas; e,
- b) a realização de reuniões com Reitor, com os Diretores de Institutos. Realizamos também reuniões nos próprios institutos e no CTUR, interessados em conhecer a Proposta do GT DUR, bem como

¹ Em Arquivos do gtdu-reformaestatuto@googlegroups.com

c) a elaboração de uma lista de alguns nomes de colegas, com nº do siape, que acompanharia o protocolamento da proposta.

Estas reuniões da Mobilização Junina visaram a divulgação, o esclarecimento do “espírito” da Proposta e sua legitimação.

Durante essas reuniões os debates e preocupações de participantes extra-GT DUR alguns temas emergiram que nos parece relevante registrar para considerações posteriores:

a) a consideração de que a passagem da Universidade do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação, na conjuntura política dos anos 1960 e 1970, gerou o atual Estatuto, a atual estrutura de Institutos e fragmentou os núcleos acadêmicos da Agronomia e da Medicina Veterinária com atividades curriculares em distintos Institutos, provocando tensões na identidade profissional de nossos cursos de graduação em ciências agrárias, que necessitam ser consideradas nesta Reforma;

b) a permanência dos processos de titulação de Livre Docência na Universidade;

c) a garantia de apoio de pessoal técnico-administrativo qualificado às Unidades Universitárias que emergirem desta Reforma, bem como o estabelecimento efetivo de avaliações institucionais continuadas dos cursos, das unidades acadêmicas e das unidades administrativas que garanta uma flexibilidade institucional capaz de planejamento acadêmico participativo e transparente;

d) a explicitação das atividades do ciclo básico de ciências exatas, de ciências sociais e de licenciatura, no interior do programa de titulação dos cursos de graduação.

No que se refere à última preocupação, no Art. 74 da proposta de nosso estatuto tratamos dos colegiados dos cursos de graduação, com o colegiado executivo, o colegiado amplo e o Fórum de Curso. Se a Universidade entender, no novo Estatuto, que o Programa de Graduação de cada aluno será composto de disciplinas e atividades de ciclo básico, de ciclo profissionalizante e de licenciatura – conforme o caso –, tornar-se necessário institucionalizar os colegiados do ciclo profissionalizante, do ciclo básico de ciências exatas e de ciências sociais, de licenciatura, estabelecendo as respectivas cargas

horárias mínimas, bem como localizar estes colegiados e suas representações nas Unidades Acadêmicas correspondentes.

Cientes de que a Reforma marcará uma nova dinâmica universitária e a geração de uma nova cultura participativa para além da participação dos processos eleitorais, nós membros do GT DUR confiamos que a soberania do Conselho Universitário estabeleça no estatuto as diretrizes desses novos tempos.

Roberto José Moreira
Pelo GT DUR